

**ATA**

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram as Vereadoras Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada, e Luisa Francisca de Abreu Pedroso tendo, contudo, apresentado requerimento para suspensão do seu mandato, que foi votado na ordem do dia, conforme adiante se indica. Nesta sequência, e como estivesse presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, foi efectuada a respectiva substituição, nos termos do n.º 7 do art.º 77.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo, consequentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Relativamente às diferentes interpretações sobre a isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial, perguntou que diligências fez a Câmara nesta matéria para acabar com a indefinição sentida pelos proprietários dos imóveis do Centro

Histórico; **b)** - Perguntou o que motivava a Câmara a adquirir, com urgência, a Garagem Avenida, na Av. D. Afonso Henriques. --

2 – Vereador André Coelho Lima – Disse querer, igualmente, trazer à discussão a questão do IMI relativo aos imóveis situados no Centro Histórico de Guimarães, lembrando que o que parece estar na base da decisão é uma opinião de um Chefe de Finanças de Évora, que terá levado a que também um Serviço de Finanças do Porto tivesse decidido na mesma linha resultando num parecer emitido pela Direção-Geral dos Impostos no sentido de não isentar os edifícios situados dentro de áreas classificadas como Património Mundial. Disse discordar deste entendimento da Direção-Geral dos Impostos, referindo como uma das razões para tal o facto de os proprietários dos edifícios situados no Centro Histórico partilharem os seus imóveis com a comunidade, para além de estarem obrigados a especiais deveres ao nível da sua preservação. Disse, ainda, que só a Ministra das Finanças pode alterar esta decisão, pelo que entendia que a Câmara Municipal deveria convocar todos os municípios que detenham centros históricos classificados pela UNESCO e que todos, conjuntamente, deveriam requerer a revogação daquela determinação manifestando que o partido que representa subscreverá uma tal reivindicação à Sr.^a Ministra das Finanças. Por último, disse que as Câmaras Municipais podem sempre resolver este problema requerendo a classificação de interesse público municipal dos referidos imóveis. -----

3 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Quanto à questão do IMI disse que estava a acompanhar a situação acrescentando que a sua interpretação vai de encontro à Resolução da Assembleia da República nº 103/2012, de 13 de julho que reafirma a legalidade da isenção do IMI, considerando-a automática e universal nos Centros Históricos



Património da Humanidade. Deu conhecimento de um encontro informal realizado esta semana com o homólogo do Porto, Rui Moreira, garantindo haver sintonia relativamente à situação, tendo, igualmente, contactado outros autarcas das outras cidades cujos centros históricos estão classificados pela UNESCO como Património Mundial que, ainda este mês, se reunirão para tomarem uma posição conjunta relativamente ao fim da isenção do pagamento do IMI para os proprietários dos edifícios situados em áreas classificadas; **b)** - Sobre a Garagem Avenida disse não se tratar de uma urgência ou oportunidade de negócio, mas antes por se entender que a reabilitação do Teatro Jordão deve abranger também a regeneração do conjunto de edifícios contíguos, prevendo-se a instalação de uma Escola da Universidade do Minho no edifício a adquirir. -----

-----INFORMAÇÕES-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 - Leu, em voz alta, uma carta remetida pela JUNI por ocasião do seu 43.º aniversário, cujo teor a seguir se transcreve: "Este ano vamos entregar o prémio "ENTIDADE DO ANO" a quem conseguiu que Guimarães tivesse sido falada nos dois últimos anos, de forma sistemática, nos mais variados órgãos de comunicação social pelo mundo fora; conseguiu que Guimarães recebesse milhares de turistas e tivesse realizado grandes eventos culturais e desportivos. Tudo isto devido a Guimarães ter sido escolhida para Capital Europeia da Cultura, em 2012, e Cidade Europeia do Desporto, em 2013" -----

2 - Congratulou-se com a atribuição, pela Sociedade Americana de Biomateriais (SFB), do Prémio Clemson para Contribuições para a Literatura Científica ao Professor Rui Reis, informando, a propósito, que iria trazer numa próxima reunião de Câmara uma

proposta de revisão do Regulamento para Concessão de Medalhas Honoríficas, de modo a abranger cidadãos com reconhecido mérito e destaque. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de janeiro de 2014, que aprovou a abertura de procedimento para aquisição de serviços de fornecimento continuado de gás natural para o triénio 2014/2016, como o preço base de 219.510,00€ + IVA. O Caderno de Encargos e o Programa de Concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.-

2. Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2014, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 30 de dezembro de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 27 de dezembro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 31 de janeiro de 2014, que autorizou a aquisição de um prédio sito na Av. D. Afonso Henriques, freguesia de S. Sebastião, designado por Garagem Avenida, pelo valor total de 300.000,00€. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2014. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto,



José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da aprovação da ata da reunião de 23 de Janeiro de 2014, ratificando a decisão de não inclusão de declarações de voto enviadas pelos Senhores Vereadores do PSD no passado dia 3 de Fevereiro, onze dias após a realização da referida reunião, dado esse envio não respeitar a deliberação da Câmara Municipal que estabeleceu como data limite da entrega as 17 horas e 30 minutos do dia da realização das sessões onde as deliberações, a que essas declarações respeitam, são votadas. A presença de alguns dos Senhores Vereadores subscritores dessas declarações, não de todos, em visitas a instituições, empresas, e associações da Vila de Ronfe na tarde do dia 23 de Janeiro poderia justificar o alargamento extraordinário do prazo de entrega, mas não a sua apresentação onze dias depois, sob pena de constituir exemplo de não cumprimento de regras que devem continuar a ser aceites por todos." -----

Os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores PSD-CDS votaram contra a ata da reunião de 23.01.2014, na medida em que da mesma não consta nenhuma das declarações de voto que foram por si juntas para constar na ata que agora foi dada para aprovação. Por essa razão, juntam agora as declarações que não puderam ser juntas então: **Ponto 4 da reunião de 23 de janeiro de 2014** - A adjudicação do Centro Escolar de Ronfe é uma questão consensual que merece como tal a aprovação dos vereadores PSD-CDS. No entanto, é importante recordar que esta

havia sido uma promessa eleitoral das anteriores eleições autárquicas, como tal, tardiamente cumprida uma vez que havia sido prometido à população a sua edificação no mandato 2009-2013, o que veio a não ser cumprido. É igualmente importante verificar cuidadosamente os impactos que a oferta do Centro Escolar ao nível do pré-escolar poderão causar nas restantes creches e jardins de infância da freguesia. Como sabemos, em Ronfe existe o Jardim de Infância da Somelos, bem como o Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Ronfe (a funcionar nas instalações que partilhará com a valência de Lar de Idosos). Este último por exemplo, tem 25 crianças no pré-escolar, que é precisamente o número de crianças que estão previstas albergar no Centro Escolar de Ronfe, donde, os impactos na oferta privada é matéria da maior relevância que seja devidamente verificado. Porque se é uma preocupação de todos a difícil situação financeira em que se encontra o Centro Social e Paroquial, pelo não funcionamento do seu Lar de Idosos, a verdade é que esta oferta, se não devidamente prevista e enquadrada, pode fazer acrescer ainda maiores dificuldades ao Centro Social e Paroquial, desta feita na sua valência de Creche e Jardim de Infância, que se encontra em pleno funcionamento em instalações completamente novas e de enorme qualidade, que se encontram a ser utilizadas ainda há menos de 1 ano. Bem sabemos que a valência de pré-escolar é uma imposição para efeitos da candidatura comunitária que lhe subjaz, mas sabemos igualmente que são medidas como estas, quando imponderadas e não devidamente previstos os seus impactos, que provocam efeitos nefastos na economia e na oferta social, foram medidas de multiplicidade de oferta que causaram no País a situação que hoje herdamos. Várias vezes alertamos para esta circunstância. Fizemo-lo novamente nesta reunião. Foi-nos



dito estarem devidamente previstos estes impactos, no que confiamos naturalmente, até demonstração do contrário. **Ponto 5 da reunião de 23 de janeiro de 2014** - A Coligação Juntos por Guimarães apresentou, no âmbito das suas propostas para a área económica, um conjunto de propostas entre as quais se incluía a adesão ao Programa FINICIA, programa elaborado e disponibilizado pelo Governo, designadamente pelo IAPMEI, que existe disponível para as autarquias já há cerca de 6 anos. Aliás, tal proposta constou do programa eleitoral apresentado pela Coligação composta pelos dois partidos subscritores da presente declaração de voto – PSD e CDS – em ampla coerência com o que vinham defendendo os vereadores do PSD, no anterior mandato autárquico. Em várias ocasiões e muito concretamente na reunião de 29.03.2012, em intervenção do vereador André Coelho Lima acerca da possibilidade de intervenção autárquica na área económica, foi defendido em concreto e entre outras propostas então avançadas, a adesão ao Programa FINICIA, intervenção a que respondeu o então Presidente de Câmara, Dr. António Magalhães, que se as coisas fossem assim tão simples certamente o Governo colocaria o proponente – o vereador André Coelho Lima – em lugares de relevância nacional e não meramente local...A verdade porém é que este programa existe há cerca de 6 anos, a verdade porém é que este programa vem sendo aplicado noutros municípios (pois aos municípios se dirige) designadamente municípios próximos como os de Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Cabeceiras de Bastos, entre outros, a verdade porém é que com o atraso verificado em Guimarães nunca se saberá quantas empresas deixaram de se instalar em Guimarães tendo estas optado por outros municípios, pela ausência de fatores de competitividade como os que agora se aprovam. A verdade porém

é que tendo a adesão específica a este programa sido proposta, em concreto, no último mandato e já há cerca de 2 anos, pelos vereadores do PSD, o executivo socialista então reprovou e inclusive desconsiderou as mesmas, e agora, o mesmo executivo socialista vem propô-las, 2 anos depois. Executivo do qual transitam precisamente o seu Presidente e Vice-Presidente. Contudo, como mais vale tarde do que nunca, e sobretudo, em ampla coerência que o propusemos no mandato anterior e vimos defendendo desde então, os vereadores PSD-CDS não podem deixar de votar favoravelmente a esta proposta, por ser correspondente àquilo que sempre defenderam, mesmo contra a posição dos vereadores do Partido Socialista. **Ponto 11 da reunião de 23 de janeiro de 2014** - A propósito deste ponto 11 da nossa agenda de trabalhos formulamos três questões. 1. Em primeiro lugar reconhecer a importância realçada nos considerandos da proposta acerca dos cuidados que deverão ser postos nos projetos de obras municipais com vista à melhoria da sua qualidade no sentido de serem salvaguardados não só a qualidade da obra como sobretudo o cumprimento dos orçamentos e dos prazos de execução. Bem se compreende assim a exigência legal da figura do revisor de projetos, assim como a importância de um caderno de encargos bem concebido de modo a salvaguardar os interesses do Município na qualidade de dono de obra transferindo a responsabilidade para quem ela deverá caber – projetistas, fiscalização ou empreiteiro. 2. A segunda questão é saber se ao abrigo dos contratos de aquisição de serviços jurídicos de apoio ao Município estabelecidos com os escritórios de advocacia locais cujos custos são sensivelmente semelhantes aos agora propostos, não seria possível obter a assessoria agora pretendida com o professor António Catela Teixeira. 3. Finalmente,



a terceira e última questão é a de que não sendo possível obter dos escritórios de advocacia locais já contratados, tal assessoria, eventualmente muito especializada, não seria pertinente promover o fortalecimento das relações com a nossa Universidade do Minho, tal como sempre tem feito a Câmara Municipal de Guimarães e procurar na sua escola de Direito encontrar alternativa a este serviço, contribuindo assim pela via orçamental para o reforço do tecido económico local tal como o fez já por exemplo com o sector dos projetos. Por discordarmos dos fundamentos da atribuição deste serviço que consideramos enquadrável no âmbito da relação de avença estabelecida, optamos pela **abstenção. Ponto 14 da reunião de 23 de janeiro de 2014** - A discussão que teve lugar neste ponto disse respeito tanto a este ponto 14, quanto ao subsequente, isto é, implicava um posicionamento político que é idêntico e comum tanto à adjudicação de serviços de ação social (apreciado em concreto neste ponto 14) como à adjudicação de serviços de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e socioculturais e de formação (apreciada no ponto 15). E porque, em bom rigor, não dizia respeito a qualquer delas mas sim à circunstância de virem estes dois pontos a apreciação nesta reunião, não vindo por outro lado a adjudicação de serviços de atividades desportivas de interesse público. O que sucede precisamente porque a Cooperativa Tempo Livre não foi a única candidata que se apresentou ao respetivo concurso público, o que vem dar razão à perspetiva que defenderam os vereadores PSD-CDS que o caminho então seguido permitia a total privatização dos respetivos serviços e permitia ainda, acaso se apresentassem outros concorrentes como veio a suceder nas atividades desportivas, a extinção das cooperativas por perda do único objeto para que foram criadas e por perda da única função que detêm:

prestar serviços ao Município de Guimarães em regime de exclusividade. Ora, na discussão, o Sr. Presidente de Câmara manifestou que *"o pior que nos podia acontecer era uma das nossas empresas não ganhar os concursos"*, o que reiterou de modo expresso após ter sido alertado pelo vereador André Coelho Lima acerca das responsabilidades em que poderia incorrer com tal declaração. Os vereadores PSD-CDS vêm por isso manifestar a sua condenação e mais absoluta demarcação de tais declarações e de tal manifestação de intenção, por parte do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, na medida em que consideram tal configurar, de modo objetivo, a demonstração de preferência por um dos candidatos, com o que os vereadores PSD-CDS não se podem conformar e postura à qual não podem estar associados.

Ponto 16 da reunião de 23 de janeiro de 2014 - Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente este ponto, por considerarem fazer sentido a entrega de competências temporárias de atos de gestão corrente a que é necessário dar sequência, à entidade já definida como adjudicatária (e apenas porque, no decurso da reunião, se alterou este ponto que era primitivamente o ponto 5, para ponto 16, isto é, para ser apreciado apenas após a deliberação da adjudicação à Cooperativa A OFICINA). Fazemo-lo atendendo a que A OFICINA é a única concorrente ao concurso público, e precisamente por ser já adjudicatária, doutra forma, estaríamos perante uma medida de favorecimento a um concorrente com a qual não compactuaríamos. Isto apesar de se estranhar que se esteja a definir a atribuição de competências temporárias para atos de gestão corrente até ao concurso público produzir efeitos, como se diz na proposta, quando na mesma reunião se delibera a adjudicação das competências definitivas...Em todo o caso, alertam



os vereadores PSD-CDS que consideram ser no mínimo questionável que se possam considerar atos de gestão de corrente, atos como aqueles para os quais se pretende atribuir competências temporárias, como sejam por exemplo a elaboração da programação cultural e a consequente contratação de artistas e/ou espetáculos. Por último, algo que manifestamente não conseguimos compreender. Porque razão não se adota idêntico procedimento relativamente à área social, cuja adjudicação vai igualmente a deliberação nesta reunião e cujo lapso temporal até à produção de efeitos definitivos da adjudicação poderá igualmente impedir atos de gestão corrente tidos como importantes e decisivos para o funcionamento desse importante setor? Porque age a Câmara de forma diferente para duas situações exatamente iguais? Não haverá a mesma preocupação em assegurar atos de gestão corrente na área social?" -----

CÂMARA - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO POR 220 DIAS DA VEREADORA LUISA FRANCISCA DE ABREU PEDROSO – Presente o seguinte requerimento apresentado pela Vereadora Luisa Francisca de Abreu Pedroso: "Luísa Francisca de Abreu Pedroso, na qualidade de eleita para a Câmara Municipal de Guimarães pela lista do PSD-CDS para o Mandato 2013-2017, bem, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, solicitar a suspensão do seu mandato pelo período de 70 dias, por motivos relacionados com a sua gravidez e posterior gozo de licença de maternidade, que será de 150 dias, enquadrando-se assim o motivo deste pedido no n.º 3, alínea b), do referido art.º 77.º." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR.** -----

Nesta altura, pelas dez horas e trinta minutos, após verificação da

identidade e legitimidade respectivas, procedeu-se à substituição da Vereadora Luisa Francisca de Abreu Pedroso, nos termos do n.º 7, do art.º 77º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, visto que estava presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, **Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo**. O Presidente da Câmara deu as boas vindas ao novo Vereador, desejando-lhe felicidades no respetivo mandato. -----

OBRAS PÚBLICAS - CENTRO ESCOLAR DE RONFE - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Centro Escolar de Ronfe", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2014 à empresa "N.V.E., Engenharias, SA", pelo valor de €2.105.207,20, conforme documento em anexo. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

URBANISMO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL RESPEITANTE À INTERVENÇÃO A REALIZAR NA CASA DO ASSENTO - S. TORCATO – Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento, em regime de substituição: "Refere-se a informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público (para efeitos de instrução de um pedido de inutilização de solo agrícola junto da Tutela) de um empreendimento turístico a realizar em terreno e edificação situados na vila de S. Torcato. Da análise do processo, verifica-se: 1. A intervenção visa a reabilitação e aproveitamento de um conjunto edificado existente para a atividade turística; 2. A área de inutilização de solo visa potenciar melhores condições de



usufruto e conforto do espaço exterior a esse mesmo conjunto edificado; 3. Do ponto de vista urbanístico, a intervenção a realizar afigura-se possível e potenciadora de melhor ambiente urbano (relativamente aquele hoje verificado); 4. Do ponto de vista do turismo, a pretensão em causa encerra interesse para o concelho, merecendo acolhimento favorável da divisão de cultura e turismo (em anexo, parecer emitido por esta divisão). Assim, e face ao exposto, julga-se poder admitir o reconhecimento do interesse público para a intervenção em causa (à escala local e para efeitos de instrução do pedido de inutilização de solo agrícola a apresentar à Tutela). Refere-se ainda que, caso positiva a decisão, a mesma deverá ser submetida ao Órgão Executivo e Assembleia Municipal para validação, devendo (em função do objetivo da pretensão - reconhecimento de interesse público para efeitos de instrução do pedido de inutilização de solo agrícola a apresentar à Tutela) possuir um prazo de validade não superior a um ano contado a partir da data da deliberação. Igualmente, deverá ser dado conhecimento da presente situação à divisão de desenvolvimento económico.” A informação da Divisão de Cultura e Turismo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO INTERNO ESPECÍFICO DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA ALCOOLEMIA – Presente a

seguinte proposta: “De acordo com dados da Organização Internacional de Trabalho (2003), até 40% dos acidentes de

trabalho envolvem ou estão relacionados com o consumo de álcool; os trabalhadores que consomem este tipo de substâncias apresentam mais comportamentos de risco para a segurança, envolvem-se mais frequentemente em conflitos e comportamentos violentos e são mais repetidamente alvo de queixas. A diminuição da produtividade, o aumento do absentismo, a deterioração das relações, tanto com os utentes dos serviços, como com os colegas de trabalho, são fatores que estão ligados ao consumo excessivo do álcool, que, por outro lado, afeta a capacidade de reação e de coordenação motora, bem como a capacidade de decisão e de discernimento, o que coloca em risco a integridade física e psíquica dos trabalhadores, potencializando o risco de acidente. Na vida familiar o abuso do álcool também tem as suas consequências negativas: as dificuldades financeiras, os problemas de relacionamento, a deterioração e desagregação familiares são consequências que acabam por afetar o indivíduo, o que se reflete no seu local de trabalho. A consciencialização destes factos levou a que a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a União Europeia e o Conselho da Europa tenham promovido a realização de estudos, a produção de relatórios e a aprovação de diversos instrumentos, de entre os quais a Carta Europeia sobre o Álcool. A nível interno, o Governo Português, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2000, publicada no Diário da República, 1ª Série – B, de 29/11/2000, aprovou o Plano de Ação contra o Alcoolismo, o qual tem vindo progressivamente a executar. As Campanhas de Prevenção do Álcool nos locais de trabalho que têm vindo a ser levadas a cabo pelo Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Município, e o posterior rastreio, têm como objetivo promover a saúde e a segurança nos locais de trabalho e a redução de riscos. Pretende-



se com este regulamento contribuir para a promoção de altos níveis de segurança no trabalho, através da eliminação do alcoolismo como causa de acidentes de trabalho, assim como promover o bem-estar e saúde dos trabalhadores e a consequente melhoria da qualidade do serviço prestado. Na definição do âmbito de aplicação dos rastreios de controlo da taxa de alcoolemia foram tidos em conta os princípios da proporcionalidade, adequabilidade e razoabilidade, limitando-se aos casos onde possam estar em risco a integridade física do trabalhador ou de terceiros, designadamente em termos de condução de veículos, operação de máquinas ou trabalhos em altura; o seu âmbito de aplicação é, assim, restrito a trabalhadores de categorias profissionais cuja atividade possa pôr em perigo a sua integridade física ou a de terceiros. Na elaboração do Regulamento foram ouvidas e chamadas a pronunciar-se as associações sindicais representadas na autarquia, que, em reunião realizada em 26 de setembro de 2013, deram parecer favorável ao projeto que ora se apresenta. O regulamento foi subordinado à apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD, a qual proferiu a autorização n.º 704/2014. A aprovação de regulamentos internos constitui competência da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na al. k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Assim, submete-se à aprovação da Câmara Municipal de Guimarães o Regulamento Interno Específico de Prevenção e Controlo da Alcoolemia.” O Regulamento Interno Específico de Prevenção e Controlo da Alcoolemia dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – II EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GUIMARÃES – NORMAS DE

PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a sua qualidade de vida das populações e promovendo o exercício da cidadania informada, ativa e responsável; Considerando, também, que a Câmara Municipal de Guimarães considera essencial o envolvimento dos cidadãos do Município na identificação, validação e concretização das prioridades para a gestão da autarquia, tendo nos últimos anos fomentado o debate público dos instrumentos de gestão do território ou sobre questões fundamentais para a governação do Município iniciando, assim, um caminho de incentivo à participação cívica na governação pública; Considerando, ainda, que o Orçamento Participativo deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da população do concelho de Guimarães; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu os cidadãos e as forças políticas locais numa ampla discussão sobre a metodologia definida para esta segunda edição, a qual representa uma evolução natural em relação à primeira edição, adequando a experiência adquirida à inevitável adaptação e correção dos constrangimentos e fragilidades detetados. Como resultado dessa reflexão, que manifestamente provocou a intervenção da própria sociedade civil na definição das regras, e nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do art.º 33º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei



nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento da II edição do Orçamento Participativo de Guimarães.” O Regulamento da II Edição do Orçamento Participativo de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MÓVEL DE VOZ, TRANSMISSÃO DE DADOS VIA SMS, MMS, GPRS E/OU UMTS E DE BANDA LARGA MÓVEL – Presente a seguinte informação:

“Nos termos da alínea a), n.º 7 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, este procedimento não carece de pedido de parecer prévio e aplicação da redução remuneratória. Submete-se para aprovação superior, a assunção de compromisso plurianual, o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de comunicação móvel de voz, transmissão de dados via SMS, MMS, GPRS e/ou UMTS e de banda larga móvel; **Período de vigência:** Abril de 2014 a 31 de março de 2017. **Preço base:** 190.000,00€ + IVA (23%). **Repartição de encargos: Ano 2014:** 47.500,00€ + IVA (23%); **Ano 2015:** 63.333,33€ + IVA (23%); **Ano 2016:** 63.333,33€ + IVA (23%); **Ano 2017:** 15.833,33€ + IVA (23%). **Classificação económica:** 020209. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedores a**

consultar: TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.; SONAECON – Serviços de Comunicações, S.A.; Vodafone Portugal, S.A.; **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; Dalila Sepúlveda, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos; **Vogais Suplentes:** Carla Castro, Técnica Superior; Graça Barbosa, Assistente Técnica. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Sónia Gonçalves. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – Presente a seguinte informação: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, a assunção de compromisso plurianual, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares. **Período de vigência:** Triénio 2015/2017; **Preço base:** 5.857.500,00€ + IVA (23%). Foi aplicada a redução remuneratória, ao abrigo do disposto nos artigos 33.º e 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. **Repartição de encargos:** - **Ano 2015:** 1.952.500,00€ + IVA; - **Ano 2016:** 1.952.500,00€ + IVA; - **Ano 2017:** 1.952.500,00€ + IVA. **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56 A. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do



Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro. **Vogais:** Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de encargos, o programa de concurso, bem como a informação relativa ao pedido de parecer prévio e assunção de compromisso plurianual dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SOCIAIS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/13 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2013 e da Assembleia Municipal de 21/11/2013, foi aprovada a abertura do procedimento, programa de concurso e caderno de encargos do concurso público supracitado, nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. Em reunião de Câmara de 23 do corrente mês de janeiro foi deliberado adjudicar à Cooperativa Fraterna a aquisição de serviços objeto do referido concurso, pelo valor de

€487.000,00 + IVA. Considerando que o prazo para a prestação de serviços objeto do referido concurso é de 12 meses e que tal prazo se iniciará apenas a partir da data de celebração do correspondente contrato de adjudicação, verifica-se que a sua vigência ultrapassará o corrente ano económico. Assim, e conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização da assunção de compromisso plurianual, da seguinte forma: -----

Período de prestação de serviços	Valor
01-03-2014 a 31-12-2014	€405.833,00 + IVA
01-01-2015 a 28-02-2015	€81.167,00 + IVA

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CONCURSO PÚBLICO N.º 10/13 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2013 e da Assembleia Municipal de 21/11/2013, foi aprovada a abertura do procedimento, programa de concurso e caderno de encargos do



concurso público supracitado, nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. Em reunião de Câmara de 23 do corrente mês de janeiro foi deliberado adjudicar à Cooperativa Oficina a aquisição de serviços objeto do referido concurso. Contudo, considerando que o prazo para a prestação de serviços objeto deste concurso é de 12 meses e que tal prazo se iniciará apenas a partir da data de obtenção do visto do Tribunal de Contas ao correspondente contrato de adjudicação, nos termos do disposto no art.º 45º, nº 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro, verifica-se que a sua vigência ultrapassará o corrente ano económico. Assim, e conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização da assunção de compromisso plurianual, cujo valor importa em 2.439.000,00€ + IVA, da seguinte forma: -----

Período de prestação de serviços	Valor
01-04-2014 a 31-12-2014	€1.829.250,00 + IVA
01-01-2015 a 31-03-2015	€609.750,00 + IVA

Refira-se que a repartição de encargos ora proposta é estimada em função da expectativa do prazo para obtenção do visto do Tribunal de Contas (cerca de 1 mês após a data de envio do processo para a referida instância). **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. **O Vereador José Bastos não participou na discussão e na**

votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 9/13 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ADJUDICAÇÃO – Presente a seguinte

informação: **“I – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** - Por deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2013 e da Assembleia Municipal de 21/11/2013, foi aprovada a abertura do procedimento, programa de concurso e caderno de encargos do concurso público supracitado, nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. Considerando que o prazo para a prestação de serviços objeto do referido concurso é de 12 meses e que tal prazo se iniciará apenas a partir da data de celebração do correspondente contrato de adjudicação, verifica-se que a vigência do contrato ultrapassará o corrente ano económico. Assim, e conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e tendo em vista a adjudicação à Cooperativa Tempo Livre de acordo com o Relatório Final do júri do mencionado concurso, constante do nº 2 da presente proposta, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização da assunção de compromisso plurianual, cujo valor importa em €585.000,00 + IVA, da seguinte forma: -----

Período de prestação de serviços	Valor
01-03-2014 a 31-12-2014	€487.500,00 + IVA
01-01-2015 a 28-02-2015	€97.500,00 + IVA

II – ADJUDICAÇÃO - Nos termos do Relatório Final anexo, propõe-se a adjudicação da aquisição de serviços identificada em assunto à concorrente TEMPO LIVRE FÍSICAL, CIPRL, pelo preço



de €585.000,00 + IVA. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa. ----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta de adjudicação à Cooperativa "Tempo Livre" da aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães, nos termos da proposta do Júri do concurso público nº 9/2013, por não oferecer dúvida que os procedimentos ocorridos no âmbito desse concurso respeitaram as normas legais e constantes do seu programa. A participação do Vice – Presidente da Câmara Municipal na votação do programa do referido concurso não implica qualquer impedimento legal na sua subscrição como Presidente da Cooperativa "Tempo Livre" na apresentação de uma candidatura ao referido concurso, dado que não interveio, influenciou, ou determinou qualquer fase de análise das candidaturas ou a decisão do Júri. O exercício das funções de Presidentes de Cooperativas e Empresas Municipais por parte dos Senhores Vereadores com competências delegadas nas respetivas áreas é uma opção de gestão que visa garantir e reforçar a coerência das políticas prosseguidas por essas entidades e os

serviços municipais, numa conjugação de funções complementares e partilhadas. Consideramos não existir impedimento no que concerne à votação da proposta de abertura de procedimento ocorrida em reunião de Câmara de 14 de novembro de 2013, porquanto é nossa convicção que a situação em apreço não configura uma situação de impedimento, conforme previsto no art.º 55º do Códigos dos Contratos Públicos, que dispõe o seguinte: *"Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que: (...) j) - Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência."* Ora, os documentos apensos à proposta, concretamente o programa de procedimento e o caderno de encargos, são documentos técnicos, preparados pelos serviços municipais, nos quais os membros do Órgão Executivo não tiveram qualquer intervenção no que diz respeito à sua preparação, pelo que entendemos que o presente processo não enferma de qualquer vício de impedimento." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A adjudicação que nos é proposta para apreciação e os termos da mesma, vêm dar razão à perspetiva que defenderam os vereadores PSD-CDS de que o caminho seguido permitia a total privatização dos respetivos serviços e permitia ainda, acaso se apresentassem outros concorrentes (como veio a suceder neste caso) e acaso as suas propostas viessem a ser vencedoras, a extinção das cooperativas por perda do único objeto para que foram criadas e por perda da única função que detém: prestar serviços ao Município de Guimarães em regime de exclusividade.



Ora, neste concurso público nº 9/2013, a Cooperativa Tempo Livre não foi a única candidata que se apresentou ao respetivo concurso público, tendo-se apresentado igualmente a firma "LABORSANO – Gestão e Serviços, Lda.", apresentando aliás uma proposta que, a ser aceite, seria muito mais vantajosa para o Município na medida em que se propunha cobrar €1,00 pela prestação do mesmo serviço que a Tempo Livre propôs o preço de €585.000,00, correspondente na quase exatidão ao preço contratual proposto pelo Município. De facto, só quem tenha muita confiança no resultado do concurso público pode "arriscar" apresentar como proposta o preço máximo apresentado pelo Município...Os vereadores PSD-CDS manifestam não obstante a sua concordância absoluta com o Relatório Final, na parte em que decide pela exclusão do concorrente LABORSANO. Desde logo porque é manifesto que a concorrente LABORSANO não se limitou a incumprir com o envio de alguns documentos, antes não instruiu a sua candidatura com qualquer dos documentos solicitados no Programa de Candidatura, o que é causa manifesta da sua exclusão. Acrescendo ainda o incumprimento ostensivo do nº2 da cláusula 4ª, que impõe um preço mínimo para as propostas, cláusula que foi igualmente violada na proposta. Pelo que não restava outra alternativa ao Júri que não fosse a de decidir pela exclusão do concorrente LABORSANO, como veio a suceder, o que merece a nossa total concordância. No entanto, apesar da nossa concordância expressa e objetiva com o teor Relatório Final há circunstâncias particularmente gravosas que nos obrigam a ponderar um diferente sentido de voto, como forma de censurar algumas práticas, e nos demarcarmos de outras, de entre as que enformam o presente processo de concurso público. Desde logo, não podemos ser alheios à circunstância de o Sr. Presidente de

Câmara ter manifestado na anterior reunião de Câmara realizada em 23.01.2014, que *"o pior que nos podia acontecer era uma das nossas empresas não ganhar os concursos"*, o que reiterou de modo expresso após ter sido alertado pelo vereador André Coelho Lima acerca das responsabilidades em que poderia incorrer com tal declaração. A verdade porém é que no único concurso em que houve mais concorrentes do que as régie-cooperativas controladas pelo Município de Guimarães – precisamente este concurso para prestação de serviços na área desportiva – acabou por determinar a exclusão do outro concorrente e a consideração, apenas, da candidatura da cooperativa detida pelo Município de Guimarães. Isto é, ainda que pelas razões que já em cima abordamos e às quais manifestamos concordância, a verdade é que o resultado acabou por vir de encontro ao "desejo" manifestado pelo Sr. Presidente da Câmara, que publicamente manifestou preferir um concorrente aos demais. Postura com a qual os vereadores PSD-CDS não podem concordar, postura da qual os vereadores PSD-CDS se pretendem objetivamente demarcar. Manifestam por isso os vereadores subscritores a mais absoluta demarcação de tais declarações e de tal manifestação de intenção, por parte do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, na medida em que consideram tal configurar, de modo objetivo, a demonstração de preferência por um dos candidatos, postura à qual não podem, de modo algum, estar associados. Ao declarar publicamente a sua preferência, o Presidente de Câmara inibe o surgimento de concorrentes e viola desde logo o princípio da igualdade, da transparência e da concorrência. Aliás, a infelicidade destas declarações atribuem desde já um responsável político por eventual censura que possa ser realizada pelo Tribunal de Contas, por tais declarações permitirem que seja claro não ter sido



acautelada na totalidade a livre concorrência deste concurso público. Por outro lado, apesar de a documentação ser agora disponibilizada numa plataforma eletrónica do Município, a verdade é que os documentos disponibilizados aos vereadores para apreciação são manifestamente insuficientes para que possamos, cabalmente, proceder à fiscalização dos atos do Município, como é nosso dever e função. Ora, tendo a falta de documentação forçado a fazer a consulta nas instalações do Município, verificando os documentos que não constam da documentação disponibilizada aos vereadores, constata-se que existem várias violações de normativos e princípios legais que não podem passar incólumes nem ser ignorados pelos vereadores subscritores. Ora, no Anexo I, declaração de aceitação, nº4 alínea v), o Sr. Amadeu Portilha, na qualidade de responsável da entidade concorrente, a TEMPO LIVRE FISICAL, declara sob compromisso de honra não ter estado direta ou indiretamente na elaboração das peças de concurso. No entanto, consultando a ata da reunião de Câmara de 14.11.2013, no ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 9/2013, verifica-se que o Sr. Vereador Amadeu Portilha esteve presente na reunião, participou na discussão do ponto em causa, e inclusive votou a favor. Não é possível nem admissível que este mesmo Vereador declare, sob compromisso de honra, não ter estado direta ou indiretamente envolvido na elaboração das peças de concurso, quando ele mesmo as aprovou! Independentemente da questão formal, a verdade é que o Vereador Amadeu Portilha, que é precisamente o detentor do Pelouro do Desporto, não pode, de modo algum, declarar sob compromisso de honra que nada sabe dum caderno de encargos e duma adjudicação que basicamente lhe "esvazia" o seu próprio pelouro...No fundo, para se perceber o inusitado da

situação, aquilo com que nos deparamos é com um Vereador que participa na aprovação das peças do procedimento, e depois apresenta uma proposta como representante da entidade a concurso. Declarando simultaneamente sob compromisso de honra não ter estado envolvido na elaboração das peças. Esta situação adquire ainda maior gravidade quando se crê ser o Vereador Amadeu Portilha, inclusive, cooperante da entidade concorrente, pelo que representa ele próprio um interesse próprio e privado no concurso e na adjudicação. Para além de tudo isto, a Câmara Municipal é a principal cooperante, detendo a maioria das participações e logo o controle, de uma das concorrentes, sendo ao mesmo tempo a entidade que tem o poder para decidir da adjudicação. Todo este processo representa uma clara violação dos princípios da transparência e da concorrência, para além de configurarem a violação de normas legais. Toda esta promiscuidade de funções deveria excluir a TEMPO LIVRE, automaticamente, do concurso, pois é evidente o que não pode ser desconhecido, nomeadamente do Júri do concurso, que o Presidente da Direção da TEMPO LIVRE participou, enquanto vereador, na votação e definição dos termos do concurso público. Por todas estas razões, pela circunstância de terem sido proferidas declarações absolutamente premonitórias pelo Presidente de Câmara, mas sobretudo, por se estar perante uma promiscuidade absoluta de funções, em que a mesma pessoa que apresenta a candidatura em nome da TEMPO LIVRE, participou na definição das condições do concurso ao participar na sua votação e ainda é particularmente interessado por ser cooperante da entidade concorrente a que agora se propõe a adjudicação. Por todas estas razões absolutamente substantivas, votamos contra esta proposta." -----



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO DE CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA AS ESCOLAS EB1 E JI DE GUIMARÃES – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** Fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização para as escolas do ensino básico e jardins-de-infância do concelho de Guimarães, pelo período de 60 meses. **2. Considerandos:** A execução da prestação do serviço de fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização, para as escolas e jardins-de-infância de Guimarães, pressupõe o aluguer operacional de 75 equipamentos pelo período de 60 meses, sendo da responsabilidade do Município a disponibilização dos espaços de instalação e o fornecimento de energia e papel, sendo os demais encargos da responsabilidade do prestador do serviço. Trata-se da aquisição de um serviço cuja prestação não é passível de ser exercida com recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de "fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização para as escolas do ensino básico e jardins-de-infância do concelho de Guimarães, pelo período de 60 meses, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste no fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização para as escolas e jardins-de-infância de Guimarães. b) A despesa anual estima-se em 23.725,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02020108 (Material de Escritório), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato será mediante

concurso público, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Tratando-se de um novo compromisso com carácter plurianual, deve a respetiva repartição de encargos ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme a seguir se discrimina: Ano de 2014 - 11.862,00€; Ano de 2015 - 23.725,00€; Ano de 2016 - 23.725,00€; Ano de 2017 - 23.725,00€; Ano de 2018 - 23.725,00€; Ano de 2019 - 11.863,00. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECE COM A FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS U) E EE) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Presente a seguinte proposta: “Em 14 de novembro de 2013 a Câmara Municipal deliberou abrir um procedimento concursal com vista a adjudicar a aquisição de serviços de ação social no Município de Guimarães pelo período de um ano, nas áreas da infância e juventude, do apoio a famílias carenciadas, do apoio a pessoas idosas, na qualificação e inserção profissional e em atividades de desenvolvimento e inclusão social, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados a esses fins. Em face da necessidade de submeter à apreciação da Assembleia Municipal a repartição de encargos necessária à adjudicação do referido concurso, o respetivo contrato apenas



poderá ser outorgado após a realização da próxima sessão daquele órgão autárquico, que se estima venha a ocorrer em finais de fevereiro de 2014. Assim, torna-se necessário adotar medidas temporárias que assegurem, para o período anterior aos efeitos decorrentes do concurso, a continuidade de funcionamento dos referidos equipamentos municipais e legitimem os diversos atos de gestão inerentes. Ora, em face da inviabilidade de internalizar os serviços indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos em causa, por manifesta inexistência, no quadro de pessoal da Autarquia, dos recursos humanos necessários ou da possibilidade de proceder ao respetivo recrutamento, procura-se assim evitar o eventual encerramento dos serviços, ainda que temporário, cenário que constituiria um gravíssimo prejuízo do interesse público uma vez que implicaria a suspensão do serviço público disponibilizado naqueles equipamentos e, desde logo, de uma parte substancial da oferta de atividades de natureza social no Município de Guimarães e da sua capacidade para responder às necessidades identificadas. De facto, resulta inequívoco que a Câmara Municipal não tem quaisquer condições técnicas, logísticas ou em termos de recursos humanos, para se substituir a quem quer que seja na gestão e programação daqueles equipamentos, pelo que, a não ser assegurada uma forma, ainda que temporária, de formalizar a legitimação da atividade da Fraterna – que cessará com o início de funções da entidade a designar por força daquele concurso – por forma a manter o seu funcionamento, não haveria outra hipótese que não o seu encerramento, tendo como principal consequência que os equipamentos centrais na estratégia de intervenção social do Município deixariam de ter condições para corresponder aos objetivos para que foram construídos. Nesta conformidade, considerando que a Cooperativa Fraterna vem

gerindo os equipamentos sociais identificados no programa de concurso suprarreferido e que é a entidade adjudicatária do Concurso Público nº 8/2013, proponho, nos termos das alíneas u) e ee) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de colaboração cuja minuta se anexa. " A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente este ponto, por considerarem fazer sentido a entrega de competências temporárias de atos de gestão corrente a que é necessário dar sequência, à entidade já definida como adjudicatária, atendendo a que assim foi votada na reunião anterior. Fazemo-lo ainda atendendo a que a FRATERNA é a única concorrente ao concurso público, e precisamente por ser já adjudicatária, doutra forma, estaríamos perante uma medida de favorecimento a um concorrente com a qual não compactuaríamos. Em todo o caso, alertam os vereadores PSD-CDS que consideram ser no mínimo questionável que se possam considerar atos de gestão de corrente, atos como aqueles para os quais se pretende atribuir competências temporárias. Por último, algo que não podemos deixar de reforçar. Na semana anterior foi-nos proposto idêntico protocolo de delegação de competências temporárias à cooperativa A OFICINA. Apesar de as termos aprovado com base em argumentos sensivelmente idênticos aos presentes, a verdade



é que manifestamos, tanto na intervenção realizada pelo vereador André Coelho Lima como ainda na correspondente declaração de voto, não conseguir compreender por que *“razão não se adota idêntico procedimento relativamente à área social, cuja adjudicação vai igualmente a deliberação nesta reunião e cujo lapso temporal até à produção de efeitos definitivos da adjudicação poderá igualmente impedir atos de gestão corrente tidos como importantes e decisivos para o funcionamento desse importante setor? Porque age a Câmara de forma diferente para duas situações exatamente iguais? Não haverá a mesma preocupação em assegurar atos de gestão corrente na área social?”*. Pode ler-se na ata da reunião anterior, no seu ponto 16. A verdade é que agora, duas semanas volvidas, sempre surge o protocolo de competências temporárias para a área social, a celebrar com a cooperativa FRATERNA.” -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTEBELECEMOS COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS U) E EE) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Presente a seguinte proposta: “Em 14 de novembro de 2013 a Câmara Municipal deliberou abrir um procedimento concursal com vista a adjudicar a aquisição de serviços, pelo período de um ano, desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas do fomento do desporto não competitivo e da atividade física, do desporto sénior, da animação sócio desportiva e de ocupação dos tempos livres e de lazer e da medicina desportiva, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade desportiva. Em face da necessidade de submeter à apreciação da Assembleia Municipal a repartição de encargos

necessária à adjudicação do referido concurso, o respetivo contrato apenas poderá ser outorgado após a realização da próxima sessão daquele órgão autárquico, que se estima venha a ocorrer em finais de fevereiro de 2014. Assim, torna-se necessário adotar medidas temporárias que assegurem, para o período anterior aos efeitos decorrentes do concurso, a continuidade de funcionamento dos referidos equipamentos municipais e legitimem os diversos atos de gestão inerentes. Ora, em face da inviabilidade de internalizar os serviços indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos em causa, por manifesta inexistência, no quadro de pessoal da Autarquia, dos recursos humanos necessários ou da possibilidade de proceder ao respetivo recrutamento, procura-se assim evitar o eventual encerramento dos serviços, ainda que temporário, cenário que constituiria um gravíssimo prejuízo do interesse público uma vez que implicaria a suspensão do serviço público disponibilizado naqueles equipamentos e, desde logo, de uma parte substancial da oferta de atividades de natureza desportiva no Município de Guimarães e da sua capacidade para acolher eventos desportivos, culturais ou institucionais, considerados fundamentais para a afirmação de Guimarães e para a sua sustentabilidade económica. De facto, resulta inequívoco que a Câmara Municipal não tem quaisquer condições técnicas, logísticas ou em termos de recursos humanos, para se substituir a quem quer que seja na gestão e programação daqueles equipamentos, pelo que, a não ser assegurada uma forma, ainda que temporária, de formalizar a legitimação da atividade da Tempo Livre – que cessará com o início de funções da entidade a designar por força daquele concurso – por forma a manter o seu funcionamento, não haveria outra hipótese que não o seu encerramento, tendo como principal consequência que os



equipamentos centrais na estratégia de intervenção desportiva do Município deixariam de ter condições para corresponder aos objetivos para que foram construídos. Nesta conformidade, considerando que a Cooperativa Tempo Livre vem gerindo os equipamentos desportivos identificados no programa de concurso suprarreferido e que é a entidade adjudicatária do Concurso Público nº 9/2013, proponho, nos termos das alíneas u) e ee) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de colaboração cuja minuta se anexa. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Se concordamos com a entrega de competências temporárias para atos de gestão corrente a que é necessário dar sequência, às entidades já definidas como adjudicatárias – A OFICINA e FRATERNA – não poderemos concordar do mesmo modo com a entrega, no ponto 10, a uma entidade que ainda não é adjudicatária da prestação do respetivo serviço, atendendo a que, a sê-lo, sê-lo-á apenas no ponto 18 desta mesma reunião. Do mesmo modo, se aprovamos com base no argumento de se tratar, em ambos os casos, das únicas concorrentes ao concurso público, o mesmo já não sucede neste caso atendendo a que foram apresentadas duas propostas de duas concorrentes, pelo que poderia ser entendido como favorecimento de concorrente com o qual, como dissemos, não pactuamos. Mais alertam os vereadores

PSD-CDS que consideram ser no mínimo questionável que se possam considerar atos de gestão de corrente, atos como aqueles para os quais se pretende atribuir competências temporárias, designadamente a contratação de pessoal, o que convenhamos extravasa muito claramente aquilo que é comumente aceite como atos de gestão corrente.” -----

PROTÓCOLOS - PROJETO “SIGILLVM – CORPUS DOS SELOS PORTUGUESES” - O projeto “SIGILLVM – Corpus dos Selos Portugueses” tem como finalidade a inventariação, catalogação e digitalização da sigilografia eclesiástica secular medieval portuguesa, fontes preciosas que têm sido muito negligenciadas, não havendo em Portugal um inventário ou catálogo completos e atualizados dos selos existentes. Este projeto é financiado pelo programa de apoio à recuperação, tratamento e organização de acervos documentais da Fundação Calouste Gulbenkian e pretende contar, entre os seus parceiros, com o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) da Câmara Municipal de Guimarães. Esta colaboração não terá quaisquer encargos financeiros para o Município de Guimarães, unicamente o AMAP irá disponibilizar o scanner planetário e afetar um recurso humano ao projeto para digitalizar os selos que custodiamos. Todos os restantes encargos ficam a cargo do CEHR. A execução do projeto será dividida em duas partes: 1ª – Inventário, catalogação e digitalização dos selos do clero secular medieval português, incluindo um relatório a entregar a cada uma das entidades detentoras dos selos sobre o estado em que se encontram e necessidades de intervenção de conservação e restauro. 2ª – Estudo dos selos inventariados na 1ª fase, integrando os selos portugueses no contexto europeu, e procedendo à divulgação científica e pedagógica dos resultados obtidos. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica



arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Este protocolo reforça aquilo que há muito vêm defendendo, designadamente os vereadores do PSD, de que o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) é, pela importância do seu espólio arquivístico, um dos mais importantes Arquivos nacionais. Trata-se de um protocolo importante na medida em que permitirá a salvaguarda de tesouros que, por não estarem devidamente identificados, muitas vezes desaparecem na medida em que são subtraídos ao Documento a eles apenso. O tema em causa é um tema amplamente tratado pelo Marquês de Abrantes na sua obra "Silologia Medieval Portuguesa" na qual ele próprio aponta diversos casos de documentos que "perderam" o seu selo, quer sejam em cera, chumbo ou lacre. Lamentavelmente muitas vezes encontram-se à venda os selos em leilões, casas da especialidade ou alfarrabistas, pois é um artigo muito procurado pela sua raridade bem como pelo seu carácter estético. Importa contudo perceber em que medida esta iniciativa parte de um impulso do AMAP ou se pelo contrário se tratou de um impulso do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, bem como, importa que esta atuação não configure uma atualização isolada mas que seja devidamente enquadrada numa política de salvaguarda dos diversos tesouros Vimaranenses." -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: "O Centro Social da Paróquia de Polvoreira solicitou a cedência de mesas e cadeiras, bem como peças de adorno e decoração para

equipar as instalações do novo equipamento social, onde funcionam designadamente um lar e uma creche. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de vários bens obsoletos provenientes da Pousada da Oliveira, e que poderão ser disponibilizados. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação ao Centro Social da Paróquia de Polvoreira, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €2.160,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Suporte de ementas em ferro	70,00 €	70,00 €
Conjunto de lareira ferro forjado	15,00 €	15,00 €
Braseira	40,00 €	40,00 €
3 Pratos decorativos	20,00€	60,00€
3 Travessas decorativas	30,00€	90,00€
Pote pequeno em ferro com três pés	20,00 €	20,00 €
Pote grande em ferro com três pés	35,00 €	35,00 €
5 Castiçais de pé alto em ferro forjado	50,00 €	250,00 €
2 Bilhas ciganas	25,00 €	50,00 €
2 Castiçais de chão	10,00 €	20,00 €
Balde em latão	60,00 €	60,00 €
Suporte em ferro forjado	100,00 €	100,00 €
Tocheiro em ferro forjado	40,00 €	40,00 €
Caixote do lixo em chapa	20,00 €	20,00 €
30 Cadeiras em pele castanha	25,00 €	750,00 €
12 Baldes quarto em latão	10,00 €	120,00 €
11 Mesas de madeira com tampo em taboan	10,00 €	110,00 €
6 Mesas redondas em madeira	10,00 €	60,00 €
Suporte p/ telefone em ferro forjado cor preta	70,00 €	70,00 €
Castiçal ferro forjado	25,00 €	25,00 €



Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Candeeiro ferro forjado	25,00 €	25,00 €
9 Mesas madeira esplanada	10,00 €	90,00 €
2 Cinzeiros de pé em metal	25,00 €	50,00 €
Total		2.160,00 €

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO – CASFIG, EM UNIPESSOAL LDA

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A CASFIG, EM UNIPESSOAL LDA solicitou a cedência de mobiliário para equipar três residências partilhadas cuja criação foi aprovada em reunião de Câmara datada de 20 de dezembro de 2012. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de vários bens obsoletos provenientes da Pousada da Oliveira, e que poderão ser disponibilizados. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à CASFIG, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €3.768,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Suporte Guarda chuvas em latão	€30,00	€30,00
6 Mesas de Madeira de sala de jantar	€150,00	€900,00
Caneca em latão	€20,00	€20,00
Alambique em cobre	€50,00	€50,00
3 Castiçais em ferro forjado	€25,00	€75,00
Arca pequena em madeira	€35,00	€35,00
Móvel em madeira com 1 porta e 2 gavetas	€30,00	€30,00

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2 Mesas em madeira com tampo em vidro	€15,00	€30,00
2 Cadeirões revestidos a pele de cor castanha	€70,00	€140,00
Cabide em ferro	€50,00	€50,00
6 Apliques madeira em forma de lanterna c/ vidro amarelo	€5,00	€30,00
Balcão comprido em madeira com suporte em ferro	€150,00	€150,00
4 Lanternas em madeira	€5,00	€20,00
Móvel de parede em madeira com 4 gavetas e 4 portas	€250,00	€250,00
4 Lanternas douradas	€30,00	€120,00
Cómoda com 2 gavetas	€50,00	€50,00
Escrivaninha em madeira com 4 gavetões	€60,00	€60,00
2 Escrivaninhas em madeira	€60,00	€120,00
Candeeiro de pé em chapa dourada	€20,00	€20,00
Candeeiro em ferro forjado	€25,00	€25,00
Candeeiro de pé em ferro	€50,00	€50,00
6 Tapetes de banheira	€0,50	€3,00
10 Cadeiras em madeira	€10,00	€100,00
10 Apliques de parede dourados em forma de folhas	€15,00	€150,00
21 Cortinas	€5,00	€105,00
7 Espelhos com moldura em madeira	€25,00	€175,00
3 Baldes de quarto em latão	€10,00	€30,00
3 Roupeiros em madeira	€100,00	€300,00
1 Armário roupeiro em fórmica	€30,00	€30,00
Mesa centro em madeira	€20,00	€20,00
6 Cómodas em madeira	€50,00	€300,00
Cómoda camiseiro em madeira	€60,00	€60,00
4 Televisores Grundig-55 cms	€50,00	€200,00
Estante em madeira	€10,00	€10,00



Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3 Edredons	€10,00	€30,00
Total		€3.768,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e a Vereadora Paula Oliveira não participaram na discussão e na votação de proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da empresa. -----

RECURSOS HUMANOS - CONCURSOS PARA CARGOS DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DE JÚRIS – “Com

a entrada em vigor, a 1 de janeiro último, da nova estrutura orgânica dos serviços do Município de Guimarães, produziram-se alterações em algumas unidades orgânicas, quer nucleares, quer flexíveis, que conduziram à cessação das comissões de serviço de alguns dirigentes e a novas designações em regime de substituição, que apenas perduram no prazo de 90 dias, salvo se entretanto estiver em curso procedimento para a designação de novo titular. Verificando-se a necessidade de assegurar a gestão e coordenação das unidades orgânicas, é essencial proceder à abertura dos correspondentes procedimentos concursais. Nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a designação do júri de recrutamento é, na administração local, da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. Ainda de acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida

preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. Aliando os requisitos legalmente definidos, que reforçam a componente de experiência prática, com a componente teórica em estreita ligação com as autarquias, que vem sendo utilizada nos concursos para cargos dirigentes até agora abertos neste município e que se vem revelando profícua, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012: Que, nos concursos para os cargos de diretor do Departamento de Obras Municipais, chefe da Divisão de Estudos e Projetos, diretor do Departamento de Administração Geral, chefe da Divisão Jurídica, chefe da Divisão de Modernização Administrativa e da Qualidade, diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento, chefe da Divisão de Urbanismo, chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude, chefe da Divisão de Cultura e Turismo e chefe da Divisão de Fiscalização e Contencioso, sejam designados como membros dos respetivos júris: Presidente: Adelina Paula Mendes Pinto – Vereadora dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães; Vogais efetivos: Antero Silva Oliveira Barbosa Fernandes – Empresário e Consultor; Jorge Nascimento Pereira Silva – Professor Universitário, Consultor e Formador; Vogais suplentes: Amadeu Artur Matos Portilha – Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guimarães e Paula Cristina Santos Oliveira – Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães. Mais se propõe que o júri anteriormente designado para os concursos para os cargos de chefe da Divisão da Administração Direta e de chefe da Divisão de Recursos Humanos seja substituído pelo júri agora indicado.” -----
A seguir indica-se resenha curricular dos vogais efetivos que não



constituem parte integrante da instituição municipal: -----

Dr. Antero Silva Oliveira Barbosa Fernandes – Licenciado em Humanidades pela Universidade Católica de Braga em 1989. Possui um MPA - Master in Public Administration, concluído em 2011 na Universidade Católica Portuguesa em parceria com a Universidade de Aveiro. Lecionou durante 10 anos no Ensino Secundário, período durante o qual exerceu diversos cargos, nomeadamente ao nível da Coordenação de Diretores de Turma e do Jornal Escolar. Foi membro do executivo da Câmara Municipal de Fafe nos mandatos de 1997 a 2013 com as funções de Vereador em regime de permanência nos pelouros da Educação, Cultura e Desporto nos dois primeiros mandatos e, nos pelouros de Educação, Ordenamento do Território e Urbanismo, em acumulação com a função de Vice-Presidente da Câmara Municipal no período dos restantes mandatos. Possui formação nas áreas de Liderança e Comunicação e para Dirigentes. Detém acreditação como formador pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Dr. Jorge do Nascimento Pereira da Silva - Licenciado em Ensino de Português e Francês pela Universidade do Minho em 1981, com Mestrado em Educação, Especialidade em Desenvolvimento Curricular concluído em 2000. Lecionou no Ensino Básico pelo período de 3 anos e no Ensino Secundário durante 34 anos, em acumulação com as funções de docente, em diferentes momentos no Instituto Superior de Ciências Educativas - ISCE (1991 a 1995), e no Instituto de Estudos Superiores de Fafe (1998 a 2001). Foi ainda professor colaborador, de 2001 a 2004, no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho e, docente, nos anos de 2001 a 2005, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa. Assumiu a função de Diretor do Centro de Formação Francisco de Holanda –

Guimarães, em 1995, cargo que desempenhou até 2012. Possui acreditação como formador pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Efetivou numerosas publicações e comunicações no âmbito das suas competências académicas e profissionais.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE VOTAR A DESIGNAÇÃO DAS PERSONALIDADES NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, com nove votos a favor e um em branco. -----

RECURSOS HUMANOS - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – TÉCNICOS SUPERIORES –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito das necessidades reportadas nas informações do Departamento Financeiro e do Departamento de Obras Municipais, propõe-se a abertura de procedimento concursal para contratação, por tempo indeterminado, de dois trabalhadores para ocupação dos postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, sendo um licenciado em administração pública e outro licenciado em Engenharia Mecânica e perito qualificado no âmbito da certificação energética e qualidade do ar interior. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal para 2014, aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de Dezembro de 2013, como necessidades permanentes. Apesar da imposição de redução de efetivos que vem sendo determinada aos municípios e que mais uma vez foi decretada para o corrente ano, o município tem de se dotar de técnicos habilitados a prosseguir com as suas atribuições. No que se refere ao Departamento Financeiro, pretende-se recrutar um técnico superior para apoio no âmbito da análise de programas de fundos comunitários, recolha



de informação, organização e acompanhamento dos processos de candidatura, tanto mais que no decurso do corrente ano vai caducar um contrato de trabalho a termo resolutivo certo com técnica nesta área; quanto ao Departamento de Obras Municipais, é cada vez mais evidente a necessidade de dotar os serviços de um técnico responsável pelo funcionamento das instalações dos edifícios municipais, que assegure a condução técnica do bom funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, incluindo a sua manutenção, bem como pela gestão da respetiva informação técnica, e ainda que acompanhe e fiscalize as obras, na especialidade de sistemas de ventilação e ar condicionado, evitando-se, desse modo, o recurso a aquisições de serviço sucessivas nesta especialidade. O artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento para 2014, permite que, excecionalmente, possa ser autorizada, pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Assim, e tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, propõe-se que seja desde já autorizado pelo órgão deliberativo o recrutamento excecional, procedendo-se à abertura de um procedimento único, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento determinadas no art.º 49º da mesma Lei. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei, no referido artigo 64.º, faz depender a abertura de procedimento também a candidatos não vinculados, quer em termos de imprescindibilidade do recrutamento para serem asseguradas as obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, quer de carência de recursos humanos

nas áreas mencionadas, que acima se salientaram. O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011 e, em matéria de controlo do número de efetivos, pretende-se cumprir o plano de redução estabelecido sem prejuízo de, nas diferentes fases do procedimento e sempre antes da contratação, ser aferido o cumprimento desse plano e respetivas metas. Nestes termos, propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização de abertura de procedimento concursal único para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminados de dois técnicos superiores, sendo um licenciado em Administração Pública, para o Departamento Financeiro e um licenciado em Engenharia Mecânica, com a especialidade atrás descrita, para o Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A Lei do Orçamento de Estado para 2014 impõe, para o recrutamento de trabalhadores, o cumprimento de um conjunto de requisitos de cumprimento rigoroso e de verificação cumulativa. Eles vêm-se designadamente no artigo 64º da Lei nº 83-C/2013 de 31.12 (Lei do Orçamento de Estado para 2014), que por sua vez remete para uma série de alíneas do artigo 48º da mesma lei. Na reunião, foi questionado o executivo acerca do cumprimento de todos estes requisitos, designadamente do da verificação do recurso a pessoal colocado em situação de “outras formas mobilidades”, como por exemplo e em concreto, a mobilidade interna. Isto é, a Câmara de Guimarães detém nos seus quadros



trabalhadores efetivos que concluíram entretanto a formação exigida para exercer a função de Técnicos Superiores, pelo que, antes de abrir um procedimento concursal interessava ver quem nos quadros do Municípios tem habilitações para poder ser considerado para essas funções. Assim se cumprindo a lei, mas sobretudo, assim se fazendo justiça aos nossos trabalhadores, os do Município de Guimarães, que devem ser considerados em primeiro lugar para funções desta natureza. Atendendo a que nos foi assegurado, pela Vereadora Adelina Paula Pinto, que existem duas necessidades de contratação para técnicos licenciados em Administração Pública, uma das vagas havia sido preenchido com recurso à mobilidade interna, e apenas para o outro se abrirá concurso público, isto é, como nos foi assegurado que tal requisito foi devidamente verificado e confiando na informação prestada, votamos favoravelmente.” -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, foi necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais das diversas entidades em que o Município detém participação. Entretanto, e por uma questão relacionada com a possibilidade de pleno exercício do direito de voto nas deliberações tomadas no órgão executivo, foi entendido conveniente substituir alguns dos representantes do Município que são, simultaneamente, membros do órgão executivo e das assembleias gerais daquelas entidades, o que os coloca numa situação de impedimento para aquele efeito. Nesta conformidade, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o n.º 1 do art.º 55.º do

mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que seja designado: 2.1 - Para a Assembleia Gera da **CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM**, Miguel Ribeiro Sousa, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.2. - Para a Assembleia Gera da **VITRUS AMBIENTE, EM, SA**, César Manuel de Castro Machado, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.3 - Para a Assembleia Geral da **TURIPENHA – COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, Miguel Ribeiro Sousa, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.4 - Para a Assembleia Geral da **TAIPAS TURITERMAS, CIPRL, César Manuel de Castro Machado**, adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.5 - Para a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES**, em substituição do Vereador Ricardo Jorge Ribeiro Costa, César Manuel de Castro Machado, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.6 - Para a Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO QUADRILÁTERO URBANO**, em substituição do Vereador José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, César Manuel de Castro Machado, adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência; 2.7 - Para a Assembleia Geral do **IDEGUI – INSTITUTO DE DESIGN DE GUIMARÃES - ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO ECONÓMICA**, César Manuel de Castro Machado, adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com sete votos a favor e três votos em branco. -----
EDUCAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da



entrada em vigor da nova estrutura orgânica dos serviços do Município que, entre outras alterações, criou novas unidades orgânicas e implicou a nomeação de técnicos para assegurar a direção e coordenação das mesmas, torna-se necessário proceder à alteração da deliberação de Câmara de 31 de outubro de 2013, relativa à designação de um dos representantes do Município nos Conselhos Gerais de cinco Agrupamentos de Escolas. Assim, nos termos no n.º 4, do artigo 14.º, e do n.º 1, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, proponho, que em substituição do Dr. José Nobre, seja designada em representação do Município no: Agrupamento de Escolas Santos Simões - Dra. Clara Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação; Agrupamento de Escolas Virgínia Moura: Dra. Laura Quesado, Técnica Superior da Divisão de Educação; Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato: Dra. Laura Quesado, Técnica Superior da Divisão de Educação; Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques: Dra. Laura Quesado, Técnica Superior da Divisão de Educação; Agrupamento de Escolas de Briteiros: Dra. Laura Quesado, Técnica Superior da Divisão de Educação; Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda: Dra. Laura Quesado, Técnica Superior da Divisão de Educação. Proponho ainda que a votação dos representantes do Município para aqueles Conselhos Gerais seja feita em conjunto.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO**

SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA - OCUPAÇÃO DE HABITAÇÕES VAGAS, VAGA EM RESIDÊNCIA PARTILHADA FEMININA. REALOJAMENTO CONVENCIONAL DE 4 AGREGADOS, CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA PARTILHADA MASCULINA E REALOJAMENTO DE AGREGADO

UNIPESSOAL EM RESIDÊNCIA PARTILHADA FEMININA -

Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de cinco habitações vagas e uma vaga em residência partilhada feminina por motivos de falecimento e rescisão do contrato de arrendamento, realojamento convencional de quatro agregados familiares, criação de uma residência partilhada masculina com realojamento de dois agregados unipessoais e realojamento de um agregado unipessoal em residência partilhada feminina, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 30 de janeiro de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e a Vereadora Paula Oliveira não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da empresa. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO –

Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, Lda. remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de aprovação de 40 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 30 de janeiro de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e a Vereadora Paula Oliveira não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da empresa. -----



CULTURA – COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO AMARO – CONCURSO DE GADO BOVINO 2014 – FESTAS DE SANTO AMARO – Presente a seguinte proposta: “Atendendo à realização do Concurso de Gado Bovino, integrado nas Festas de Santo Amaro na União de Freguesias de S. Tiago de Candoso e Mascotelos, realizado no passado dia 15 de Janeiro, e na sequência do pedido efectuado pela Comissão de Festas de Santo Amaro, por despacho, deu-se seguimento ao solicitado, para a oferta do troféu pela Câmara Municipal. Sendo uma competência do executivo a atribuição destes apoios, remete-se à próxima reunião de câmara para ratificação. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO - ANO DE 2014 – Presente a seguinte proposta: “Em conformidade com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio, em 2014, relativo ao ano letivo 2012/2013. Trata-se de Paulo Sérgio Cunha Vicente que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Eng.^a Eletrónica Industrial e Computadores com 18.300 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo leccionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Assim, em conformidade com o referido regulamento, proponho a atribuição do prémio de €1.000,00 (mil euros) ao estudante identificado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – 2013/2014 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas

de Guimarães, em vigor, procedeu-se mais uma vez ao período de recepção de candidaturas para apoios aos clubes desportivos. Neste momento, encontram-se inscritos um total de 68 clubes desportivos no Registo Municipal das Associações Desportivas, requisito indispensável para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal. Neste sentido, e na sequência do *terminus* do prazo para apresentação de candidaturas a 31 de Outubro de 2013, deram entrada nos Serviços de Desporto da Câmara Municipal de Guimarães um total de 77 candidaturas, correspondendo a 28 pedidos de apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, 34 pedidos de apoio à formação de camadas jovens, 13 pedidos de apoio à organização de atividades e eventos desportivos e 2 pedidos de apoio à atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro. Nos termos do estabelecido nesse Regulamento, e com base nos critérios de elegibilidade e de qualidade previstos, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: **1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas:** Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa que se baseou nos seguintes critérios: Impacto dos equipamentos e infraestruturas no melhoramento dos objectivos estatutários da associação; Impacto dos equipamentos e infraestruturas no programa de desenvolvimento desportivo do concelho; Número de beneficiários diretos da infraestrutura e equipamentos; Montante do orçamento para o investimento; Sustentabilidade dos projetos com prioridade às Associações com atividade e formação; Duração do programa de desenvolvimento desportivo. Com base nestes critérios, a Câmara Municipal decidiu atribuir os seguintes subsídios: -----



Associação	Descrição do apoio	Duração do Programa	Valor atribuído
Vitória SC	Construção de novos balneários.	1 ano	100.000,00 €
Xico Andebol	Recuperação e requalificação dos balneários, telhado e piso.	1 ano	45.000,00 €
GD União Torcatense	Construção de novos balneários.	1 ano	10.000,00 €
GD Serzedelo	Requalificação dos balneários.	1 ano	15.000,00 €
GRC de Aldão	Requalificação do campo de jogos.	1 ano	30.000,00 €

Tendo em conta os projetos de relvados sintéticos aprovados, cujo contrato-programa para o efeito teve a duração de 4 anos, deve ser cativa a verba correspondente à última tranche, conforme aprovado, no total de 250.000,00€. A saber: -----

Associação	Valor
G. D. R. "Amigos de Urgezes"	50.000,00 €
Pevidém Sport Clube	50.000,00 €
Clube Caçadores das Taipas	50.000,00 €
Brito Sport Clube	50.000,00 €
G. D. União Torcatense	50.000,00 €

2. Apoio à formação de camadas jovens e eventos desportivos: Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa que se baseou nos seguintes critérios: Participação em modalidades Colectivas e/ou Individuais; Participação oficial em competições desportivas de carácter Regional, Nacional e/ou Internacional; Número de equipas por escalão e modalidade; Número de praticantes federados e/ou não federados; Utilização de instalações desportivas próprias ou arrendadas; Informações acerca do pessoal técnico; Realização de exames médico-desportivos. Com base nestes critérios, a Câmara Municipal decidiu atribuir os seguintes subsídios: -----

Apoio à Formação	Valor
Vitória SC	100.000,00 €
Casa do Povo Fermentões	12.500,00 €
Moreirense FC	12.500,00 €
CD Xico Andebol	12.500,00 €
FC Piratas de Creixomil	12.500,00 €
CART	10.000,00 €
GD Os Amigos de Urgeses	10.000,00 €
GRUFC	10.000,00 €
Pevidém SC	7.500,00 €
Brito SC	7.500,00 €
Os Sandinenses GDRC	7.500,00 €
CC Taipas	7.500,00 €
CCD O Desportivo de Ronfe	7.500,00 €
GD União Torcatense	7.500,00 €
AMAR - BTT Torcatense	2.000,00 €
CSCDR Vila Nova Sande	1.500,00 €
ARC Pencelo	1.500,00 €
Academia de Patinagem de Guimarães	1.500,00 €
APCG	1.500,00 €
Associação Cultural Recreativa de Conde	1.500,00 €
GD Os Unidos do Cano	1.500,00 €
GCD Águias Negras de Tabuadelo	1.500,00 €
ACR Lordelo	1.500,00 €
GRC Aldão	1.500,00 €
Clube de Ténis de Guimarães	1.250,00 €
AJKP	1.250,00 €
CSP Candoso S. Martinho	1.250,00 €



Apoio à Formação	Valor
UD Airão	1.250,00 €
Grupo Desportivo Serzedelo	1.250,00 €
Salgueiral SARC	1.000,00 €
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	1.000,00 €
ARCAP	750,00 €
UCDR Guardizela	500,00 €
Eventos desportivos	Valor
Associação de Ciclismo do Minho	7.500,00 €
Associação de Futebol Popular de Guimarães	15.000,00 €
Clube Operário de Campelos	2.000,00 €

Neste sentido, são atribuídos um total de 724.500,00€ aos clubes desportivos, dos quais 250.000,00€ referente aos relvados sintéticos e 474.500,00€ referente às candidaturas da presente época desportiva 2013/2014, repartidos pelas diferentes tipologias de apoios. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REVISÃO ORÇAMENTAL -

Presente a seguinte informação da Diretora do Departamento Financeiro: "Torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA - 1. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **16.01.01** designada por **Saldo da Gerência anterior**, no valor de €5.055.002,00; 2. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **11.06.01** designada por **Ativos Financeiros - empréstimos a médio e longo prazo - sociedades e quase-sociedades não financeiras**, no valor de €1,00. RUBRICA ORÇAMENTAL DE DESPESA - Reforço no valor total de €5.055.003,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
------------	---------	-------

Designação	Rubrica	Valor
Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos	0103-08.07.01	1,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	0103-02.02.25	25.000,00
Material informático para as escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.04	
Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	07-07.01.13	1,00
Transferências para a Associação de Municípios Quadrilátero Urbano	Plano de Atividades 4.2.2.20	
Transferências correntes - Administração Local - Continente - Associações de Municípios	0103-04.05.01.04	50.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	02-02.02.25	1.200.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	02-02.02.01	950.000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - restituições	0103-06.02.03.01	600.000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - iva pago	02-06.02.03.02	400.000,00
Incentivo À instalação de indústrias inovadoras: protocolos CMG/AVEPARK/Empresas/FINICIA	Plano de Atividades 3.2.1.06	
Outras despesas correntes - diversas - outras	0103-06.02.03.05	390.000,00
Ativos financeiros - empréstimos a médio e longo prazo - sociedades e quase-sociedades não financeiras - privadas	0103-09.06.01	1,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de cobrança de receitas	0103-02.02.24	500.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - limpeza e higiene	05-02.02.02	610.000,00
Transportes escolares	Plano de Atividades 2.1.2.57	
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	07-02.02.10	330.000,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº12 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de revisão orçamental em correspondência à necessidade de inclusão no orçamento para 2014 das rubricas respeitantes a aquisição de serviços de desenvolvimento de



atividades sociais, atividades culturais, atividades desportivas, que só nesta data podem ser integradas após a realização dos concursos públicos que suportaram as respetivas adjudicações. Em 2013, face a decisão proferida pelo Tribunal de Contas, não foi possível transferir para as Cooperativas Municipais as dotações destinadas a suportar os encargos resultantes da realização dessas atividades de interesse público. Esse valor não pago incluiu assim o saldo de gerência verificado. O equilíbrio do orçamento proposto na presente revisão tem suporte na inclusão como receita da parte do saldo da gerência anterior, destinado a esse fim e não utilizado por aguardar a realização dos referidos concursos públicos.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A revisão orçamental agora proposta neste ponto 31 da Ordem de Trabalhos merece-nos os seguintes considerações: 1. Em primeiro lugar e desde logo, o nosso mais profundo desapontamento pelo facto de que matéria que todos consideramos da maior responsabilidade, pois que se trata da revisão de um orçamento aprovado há apenas dois meses, seja apresentada à vereação, sem um simples parágrafo, justificando o seu aparecimento nesta altura e sustentando os seus números. Estamos em crer que tal atitude não teve em vista qualquer intenção de esconder o que quer que seja, nem tão pouco teve a intenção de ofender alguém, mas a verdade é que numa abordagem espontânea aparenta demonstrar desconsideração por quem pretende estar sintonizado e sincronizado com o órgão executivo. 2. Em segundo lugar para dizer que, para poder assumir conscientemente uma posição na reunião de hoje, o Sr. Vereador Eng.º António Monteiro de Castro se dirigiu aos serviços financeiros onde lhe foram dadas as explicações para este procedimento orçamental. Sendo certo, no

entanto, que seria bem melhor para todos que tal explicação fosse feita por escrito, até porque, tal proposta virá a ser necessariamente objeto de apreciação e votação na Assembleia Municipal o que, sendo tal explicação feita por escrito, viria a contribuir para um melhor esclarecimento de todos os senhores deputados. 3. Em terceiro e último lugar, uma clarificação. A despesa em causa, aproximadamente 5.000.000€ não é uma despesa nova, não prevista no orçamento de 2014, mas tão somente uma verba do ano passado, prevista como "*Transferência corrente*", a ser efetuada pelo Município para as Cooperativas Municipais e não concretizadas por impedimento do Tribunal de Contas que entendeu tratar-se de uma "*Aquisição de serviços*", logo obrigatoriamente sujeita a concurso, tal como o foi no ano em curso. Se bem entendemos a informação dada pelos serviços, o facto de tal despesa se ter transferido para o ano em curso confere-lhe cabimento orçamental prioritário, obrigando a recorrer, de modo aleatório, a verbas de outras rubricas inscritas no orçamento de 2014. Agora, aquilo que estamos a aprovar é que se recorra ao saldo bancário transitado do ano passado, na ordem dos 16.000.000€, e se afete aproximadamente 5.000.000€ para restituir as verbas às rubricas de onde foram retiradas. Parece complexo este intrincado jogo contabilístico-orçamental, mas cremos que sejam estas as regras da contabilidade municipal. Para terminar, a grande questão é como fará o Município chegar estes 5.000.000€ referentes ao ano de 2013, às tesourarias das cooperativas Municipais, que se financiaram com certeza na Banca Comercial, se o Tribunal de Contas continuar a impedir tais transferências?" -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 3 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA.** -----